

EMENDA Nº - CM
(à MPV nº 759, de 2016)

Suprima-se o Art. 19 da Medida Provisória 759 de 2016

JUSTIFICAÇÃO

A autorização da aplicação da Legitimação Fundiária, sem critério de renda, tempo de posse, única propriedade e utilização – nos casos em que os municípios poderão conferir a propriedade plena aos ocupantes, gera insegurança jurídica e atenta contra a probidade administrativa e boa gestão do patrimônio público. O novo instrumento trata-se de transferência gratuita de propriedade sem critérios legais e por ato discricionário do Poder Público. Se também seja aplicado à regularização fundiária dos núcleos urbanos no âmbito do Programa Terra Legal na Amazônia (art. 30, caput, inciso I, da Lei nº 11.952, de 2009 – doação com critérios: até mil m², até 5 salários mínimos, não proprietário de outro imóvel urbano, uso moradia ou subsistência), a legitimação deturpa os critério da Lei 11.952/2009 em que se autoriza a doação, possibilitando a privatização de imóveis públicos sem o necessário interesse público e social para o rompimento da titularidade federal do domínio.

Além de ser inconstitucional, pois propriedade pública para ser regularizada em nome dos ocupantes depende expressamente de interesse público e social, mediante ato vinculado a critérios legais, o que não se observa no dispositivo.

Chama atenção que a MP nº 759 permite que a Lei 119.54/2009 feita para a Amazônia se aplica em todo o Brasil, e conseqüentemente este instrumento claramente inconstitucional.

Sala da Comissão,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM

